



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL

ANGELO LUÍZ PACHECO DOS SANTOS

**MUDANÇAS NO MODO DE VIDA DE UMA COMUNIDADE
TRADICIONAL NO CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DE UMA RESERVA DE
PROTEÇÃO INTEGRAL: O CASO DO QUILOMBO DA FAZENDA, EM UBATUBA
– SÃO PAULO**

Prof.º CÉSAR AUGUSTO DA ROS
Orientador

SEROPÉDICA, RJ
Maior – 2013



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL

ANGELO LUÍZ PACHECO DOS SANTOS

**MUDANÇAS NO MODO DE VIDA DE UMA COMUNIDADE
TRADICIONAL NO CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DE UMA RESERVA DE
PROTEÇÃO INTEGRAL: O CASO DO QUILOMBO DA FAZENDA, EM UBATUBA
– SÃO PAULO**

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Florestal como requisito parcial para a obtenção do Título de Engenheiro Florestal, Instituto de Florestas Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Prof.º CÉSAR AUGUSTO DA ROS
Orientador

SEROPÉDICA, RJ
Maio - 2013

**MUDANÇAS NO MODO DE VIDA DE UMA COMUNIDADE
TRADICIONAL NO CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DE UMA RESERVA DE
PROTEÇÃO INTEGRAL: O CASO DO QUILOMBO DA FAZENDA, EM UBATUBA
– SÃO PAULO**

ANGELO LUÍZ PACHECO DOS SANTOS

Comissão Examinadora:

Monografia aprovada em 09 de maio de 2013.

Prof. Dr. César Augusto Da Ros
UFRRJ / ICHS / DCS
Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Juliana Arruda
UFRRJ / CTUR
Membro

Patricia Dias Tavares
UFRRJ / IA / Departamento de Solos
Membro

AGRADECIMENTOS

A Deus, por gratidão e motivos que passam longe do clichê.
Aos meus pais, Vera e Eliezer, por serem os melhores do mundo.
À vovó Jandira, por tanta doçura e paciência desde meu nascer.
À irmã Laissa, por sua beleza e companhia de agora e do futuro.

À Laura e Cristiano, pela parceria, boa vontade e acolhimento de sempre.
À família M6-3º, pelos momentos e trocas a me fazer diferente.
À turma 2007-I, por todos os laços e bons exemplos a seguir.
Aos tantos amigos, no privilégio de serem tantos a não caber aqui.

Ao Professor Tiago, pela gentileza em ajudar nos problemas de última hora.
Ao orientador César e membros da banca, por compadecerem-se na minha demora.
À Universidade Rural, por ter feito em mim tamanha melhora,
Na formação em “Pau e Pedra” que continua agora.

RESUMO

O bioma Mata Atlântica é mundialmente reconhecido pela abundância de recursos naturais, reunindo paisagens únicas. A Serra do Mar, no trecho compreendido no litoral norte do Estado de São Paulo, representa toda essa riqueza com florestas centenárias, praias e cachoeiras exuberantes, concentrando diversas espécies da fauna e flora. Devido a todo esse potencial característico do bioma, digno de preservação, o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) foi criado. Picinguaba, no município de Ubatuba, é peculiar por reunir nesse contexto comunidades tradicionais distintas que, devido às legislações vigentes que regulamentam as unidades de conservação no país, encontram problemas relacionados à permanência de residentes nos limites do Parque. Esse é o caso do Quilombo da Fazenda, que vem perdendo parte de sua cultura e tradições por causa da presença do PESM há décadas. No intuito de avaliar, todos os impactos e mudanças acarretadas com a instalação do Parque sob o ponto de vista dos tradicionais que participaram do processo, as entrevistas representam uma técnica efetiva na obtenção de dados qualitativos. Atualmente, mesmo com as limitações impostas, são desenvolvidas parcerias entre o Parque e as comunidades. Um exemplo disso é o desenvolvimento do *Projeto Juçara*, permitindo o manejo sustentável dos frutos da palmeira em áreas determinadas, gerando renda aos tradicionais. Outra atividade de retorno financeiro significativo que vem sendo difundida nas comunidades é o turismo de base comunitária, aproveitando tantas peculiaridades da cultura e beleza regional atrativos à turistas. Mesmo diante de tantos recursos, a presença do Parque ainda oprime o conforto da comunidade, que se acha merecedora das terras por residirem na área muitos anos antes da criação da unidade de conservação. Dessa forma, a sugestão de uma recategorização em unidades de uso sustentável é sugerida às áreas de quilombo estudadas.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais, unidade de conservação, turismo de base comunitária

ABSTRACT

The Atlantic Forest is worldwide recognized for its abundance of natural resources, gathering unique landscapes. Serra do Mar, in the stretch of the northern coast of São Paulo, represents all this richness with century-old forests, exuberant beaches and waterfalls, concentrating many different species of fauna and flora. Due to this potential characteristic of the biome, worthy of preservation, Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) was created. Picinguaba, in Ubatuba, is peculiar for gathering in this context distinct traditional communities that, through the existing laws governing conservation areas in the country find, for decades, problems related to the permanence of residents in the Park boundaries. This is the case of Quilombo da Fazenda, which has lost part of its culture and traditions because the presence of PESM for decades. In order to evaluate all the impacts and changes brought with the installation of the Park from the point of view of the traditionalists that participated of the process, the interviews represent an effective technique in obtaining qualitative data. Nowadays, even with the limitations of the State, partnerships are developed between Park and communities. One example is the development of "Project Juçara", allowing the sustainable management of the fruits of the palm in certain areas, generating income to traditionalists. Another activity of significant financial return that has been diffused in the communities is the community-based tourism, taking advantage of many peculiarities of the regional culture and beauty attractive to tourists. Even with so many resources, the presence of the park still oppresses the comfort of the community, which finds itself worthy of the land because they live in the area for many years before the creation of the conservation area. Under these circumstances, the suggestion of a recategorization in units of sustainable use is suggested to the Quilombo areas studied.

Key words: Traditional communities, conservation area, community-based tourism.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OBJETIVOS.....	2
2.1.Objetivo Geral.....	2
2.2.Objetivos Específicos.....	2
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	3
3.1.Instalação do Parque Estadual da Serra do Mar.....	3
3.2.Comunidades Tradicionais e Legislação Ambiental: Entre o Conflito e a “Adaptação”.....	4
3.3.O Núcleo Pinguaba e a Constituição do Quilombo da Fazenda.....	6
4. MATERIAL E MÉTODOS.....	8
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	10
5.1.As Mudanças Provocadas pela Implantação do Parque Estadual da Serra do Mar.....	10
5.2.Adaptações no Modo de Vida Tradicional Diante da Nova Legislação Vigente.....	12
5.3.Projetos em Desenvolvimento e a Amenização de Conflitos Etno-Ambientais.....	15
5.3.1. <i>Projeto Agrofloresta</i> no Sertão da Fazenda.....	15
5.3.2. <i>Projeto Juçara</i> e a importância do manejo da palmeira no contexto atual.....	17
5.3.3. O Ponto de Cultura <i>Olhares de Dentro</i>	20
5.4. O Turismo de Base Comunitária e os Potenciais Regionais.....	22
6. CONCLUSÃO.....	27
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29
8. ANEXOS.....	33
8.1.Entrevistas com os Membros do IPEMA.....	33
8.2.Entrevistas com Membros do Quilombo da Fazenda.....	34
8.3.Entrevistas com os Membros do Ponto de Cultura.....	35

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Distribuição dos Núcleos Administrativos do Parque Estadual da Serra do Mar e localização geográfica do Quilombo da Fazenda.....9
- Figura 2.** Entrevista com um dos membros do Quilombo da Fazenda.....12
- Figura 3.** Membro da comunidade mostrando as matrizes de Palmeira Juçara na área do Quilombo da Fazenda..... 20
- Figura 4.** Apresentação de Jongo, dança típica quilombola, em um dos encontros promovidos pelo Ponto de Cultura *Olhares de Dentro*.....21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Espécies manejadas na agrofloresta do Quilombo da Fazenda.....	16
---	----

1. INTRODUÇÃO

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) abrange hoje a maior faixa contínua de Mata Atlântica conservada no Brasil. Seus domínios abrangem parte de vinte e três municípios, desde Ubatuba, na divisa com o estado do Rio de Janeiro, até Pedro de Toledo no litoral sul de São Paulo, situando-se na porção leste do Estado, na escarpa da Serra do Mar (SÃO PAULO, 2006).

Tendo em vista o grande potencial da área representando o bioma, considerado uma das grandes prioridades de conservação da biodiversidade em todo o continente americano, cria-se o Parque na década de 70.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Parques Nacionais e Estaduais são categorizados como Unidades de Proteção Integral, definidas no Artigo 2º, alínea VI como áreas que priorizam a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”.

Nesse âmbito preservacionista livre de influências antrópicas, a categorização da área como Parque contradiz a presença de comunidades tradicionais antecedentes à data de criação da Unidade. Robim (1999) demonstra que o manejo dessas Unidades, quando seus limites territoriais desconsideram comunidades tradicionais pré-existentes, é dificultado por desencadear problemas conflitantes entre a administração da Unidade e os interesses e tradições da comunidade.

É nesse contexto que a implantação do PESM é efetuada, visando a proteção a longo prazo das espécies e ecossistemas ameaçados, ignorando a ocupação territorial prévia por caiçaras e quilombolas. O Quilombo da Fazenda é uma dessas comunidades, surpreendido pelas regulamentações impostas na época pela criação do Parque, desde então passando por constantes adaptações de suas tradições para atender as especificações do novo regime político estabelecido. Faz-se então relevante considerar o ponto de vista comunitário nesse panorama, a fim de avaliar as diferenças do contexto social antes e depois da criação do PESM.

Uma adaptação de grande valor social e conservacionista é evidenciada hoje através do “Projeto Juçara”, apoiado pelo Parque e institutos locais, consistindo no manejo da polpa do fruto da Juçara (*Euterpe Edulis*), extraída de forma sustentável mantendo a palmeira de pé, evitando o corte ilegal da espécie para venda do palmito.

Diante desse histórico de conflitos sócio-ambientais, este trabalho objetiva analisar as principais mudanças ocorridas no modo de vida da comunidade *Quilombo da Fazenda* devido à criação da Unidade de Conservação.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Destacar as principais mudanças ocorridas no modo de vida da comunidade Quilombo da Fazenda, no contexto da implantação do Parque Estadual Serra do Mar, em Ubatuba – São Paulo.

2.2. Objetivos Específicos

- Sintetizar como se deu o processo de implantação do Parque Estadual Serra do Mar, destacando quais foram os principais conflitos étnico-ambientais gerados;
- Realizar uma caracterização do modo de vida da comunidade do Quilombo da Fazenda, destacando as principais mudanças ocorridas a partir da implantação do Parque Estadual Serra do Mar;
- Relacionar as principais alternativas acionadas pelos membros da comunidade do Quilombo da Fazenda, visando contornar as limitações impostas pela implantação do Parque Estadual Serra do Mar.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. Instalação do Parque Estadual da Serra do Mar

A concepção original de áreas protegidas no Brasil é derivada do modelo norte-americano do século passado, que visava proteger a vida selvagem ameaçada pela civilização urbano-industrial crescente. A ideia defendida nesse tipo de modelo é a de que a domesticação e descaracterização da natureza seriam inevitáveis, o que torna necessária a conservação de partes intactas da vida selvagem em seu estado “original” e longe do contato humano, reservada apenas para reverência e pesquisa (GONÇALVES *et al.*, 2011).

Uma das questões mais complexas no momento de se instituir uma unidade de conservação diz respeito à população local. Nessas áreas são impostos diversos tipos de regulações, acarretando mudanças nas formas de apropriação e atuação desses moradores em relação aos recursos naturais, o que comumente gera conflitos com os gestores das unidades. Os moradores tendem a resistir às modificações em seus costumes, levando-se em conta que está em jogo não apenas sua reprodução cultural, mas também sua sobrevivência (DIEGUES, 2004).

No ano de 1896 é criado o Parque Estadual da Cidade de São Paulo, o primeiro parque do Brasil, e em 1911, o Serviço Florestal é criado no mesmo Estado. Sua transformação em Instituto é feita no início da década de 70. Até hoje, o Instituto Florestal é o órgão responsável pela administração das Unidades de Conservação no Estado de São Paulo (DIEGUES, 1995).

Conforme Quintão (1983), Parques Nacionais, segundo os decretos definidos pelo Serviço Florestal na época, tem as seguintes atribuições: “conservar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob sua jurisdição; promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões e organizar museus e herbários regionais, protegendo paisagens e sítios de importância singular”.

Na década de 70 haviam três Reservas Florestais ao longo da Serra do Mar de São Paulo: Curucutu-Itariru, no município de Pedro de Toledo, ao sul do Estado; Queiroz-Pilões, em Cubatão; e Caraguatatuba, no litoral norte.

Segundo Raimundo (2008), entre 1973 e 1974, um técnico do Metrô apresentou um projeto ao Governador do Estado de São Paulo, para unir essas três reservas numa única grande Unidade de Conservação.

E, como consta no Plano de Manejo, em 30 de agosto de 1977 o Parque Estadual da Serra do Mar foi criado, através do Decreto N° 10.251 (30/08/1977) que define:

“O Parque Estadual da Serra do Mar foi criado com a finalidade de assegurar integral proteção à flora, à fauna, às belezas naturais, bem como para garantir sua utilização a objetivos educacionais, recreativos e científicos e caracteriza-se por ser uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.” (SÃO PAULO, 2006)

Porém, a delimitação do Parque foi feita em apenas dois dias, utilizando-se cartas topográficas do IBGE e com apoio de fotografias aéreas da região. Nesse processo, não foi feito nenhum levantamento antropológico das possíveis comunidades habitando a área de interesse e a população local ficou à margem das discussões que levaram a criação da Unidade de Conservação (BRITO, 2000). Isso reflete, até hoje, em conflitos sócio-ambientais

entre quilombolas, caiçaras e indígenas residentes na região muito antes da fundação do Parque.

Atualmente, o PESM é o maior Parque da Mata Atlântica (abrange mais de 315 mil hectares), protegendo diversos conjuntos de ecossistemas compostos por florestas densas, restingas, campos naturais, mangues e várzeas, sendo o único corredor biológico íntegro conectando os remanescentes florestais do sul do Estado do Rio de Janeiro aos remanescentes do Vale do Ribeira e Paraná, o que possibilita a manutenção dos fluxos gênicos e a preservação de espécies que necessitam de grandes territórios para sua sobrevivência.

Devido à sua enorme extensão, o Parque apresenta uma gestão dividida entre oito núcleos administrativos, cada qual referente a uma região com características distintas. Os núcleos de Cunha, Santa Virginia e Curucutu estão no planalto, enquanto os outros cinco, Pedro de Toledo, Cubatão, São Sebastião, Caraguatatuba e Picinguaba, encontram-se na região litorânea.

Como prescrito na Lei Nº 9.985/2000 (SNUC), o Plano de Manejo do Parque conta com um zoneamento próprio. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação define zoneamento como “setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

Os critérios utilizados para a definição das zonas integram aspectos ambientais, sociais e culturais, definindo-se, por exemplo, áreas restritas, de uso público, de apoio e infraestrutura, em função de suas características naturais e culturais, de suas potencialidades, fragilidades e necessidades específicas de proteção.

No intuito de amenizar os conflitos com as comunidades tradicionais que integram seus domínios, o Parque Estadual da Serra do Mar diferencia-se pelas Zonas Histórico Culturais Antropológicas (ZHCA's), incluindo diretrizes específicas para viabilizar os objetivos de conservação da natureza em áreas ocupadas pelas mesmas.

É dentro de uma dessas Zonas que o Quilombo da Fazenda se encontra, junto a algumas outras comunidades quilombolas e caiçaras de Picinguaba.

3.2. Comunidades Tradicionais e Legislação Ambiental: Entre o Conflito e a “Adaptação”

O Decreto Federal no. 6040 de 07/02/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define: “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Diegues (2000) enquadra como populações tradicionais, as populações indígenas e não-indígenas (açorianos, babaçueiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos, caiçaras, caipiras/sitiantes, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, quilombolas, sertanejos/vaqueiros, varjeiros), diferenciando-as de acordo com sua formação histórica, fruto da colonização portuguesa que, ao mesmo tempo dizimou parte considerável dos indígenas e, por isso mesmo, favorecem a formação dessa pluralidade étnica, característica do povo brasileiro.

A reserva de áreas consideradas ambientalmente relevantes como unidades de conservação desencadeia um novo arranjo nas relações sociais locais. Nesse processo, ocorre

uma “requalificação do território”, uma “requalificação do local” como lugar de gestão do meio ambiente (MORMONT, 1996).

Diegues (1995) aponta que, no Brasil, uma parte considerável de unidades de conservação de proteção integral foi criada sem que se resolvesse a situação de populações tradicionais que historicamente vivem no interior ou no entorno destas áreas. Em muitos casos, estas populações não participaram do processo de criação destas áreas, sem ao menos serem informadas de forma adequada sobre sua implantação. O Estado tem criado estas unidades, mas não realiza as desapropriações necessárias, já que poucas vezes são alocadas verbas para tal fim. Muitas vezes os tradicionais permanecem no interior das unidades de conservação, mas sem o direito ao exercício de suas atividades tradicionais, como a pesca, coleta, lavoura, etc., causando uma pauperização ainda maior dessas populações rurais. Como resultado, estas populações tendem a se tornar ilegais e suas atividades clandestinas, instalando-se um confronto entre a cultura tradicional e os interesses da legislação ambiental quanto às formas de uso do espaço.

Ferreira e Carneiro (2005) estudam um caso ilustrativo dessa problemática no Parque Estadual Marinho do Aventureiro, na Ilha Grande, localizada na região sul do estado do Rio de Janeiro. O estudo mostra que criação foi calcada em conceitos ambientalistas biocêntricos, considerando as áreas de proteção integral como as mais importantes para a conservação e excluindo a presença de moradores.

Um caso semelhante é citado por Diegues (2004), analisando o plano de manejo de uma unidade de conservação na Ilha do Cardoso, litoral sul de São Paulo. Produzido em 1976, o plano de manejo não menciona a presença de centenas de famílias de moradores tradicionais caiçaras, proibindo as atividades de subsistência delas, obrigando-as a migrar para a cidade de Cananéia, aumentando o número de moradores pobres dos bairros periféricos.

Outra situação ilustrativa da “invisibilidade” destas populações se deu no caso da Estação Ecológica do Iquê, no Mato Grosso, como cita Arruda (1999). Criada em 1981 totalmente dentro do território do povo indígena Enauenê-Nauê, que vivia há séculos de forma autônoma e independente na região, desinformado sobre as características e a dinâmica social da sociedade do entorno. Dois anos depois da criação da Estação Ecológica, os índios, ao descobrirem a tremenda destruição da mata provocada pelo picadão de demarcação da Estação Ecológica (uma derrubada de 10 metros de largura e mais de 50 km de comprimento, realizada com instrumentos de corte preciso), seguiram a estrada aberta e destruíram totalmente um trator de esteira e a recém-construída sede da administração, impossibilitando desde então sua efetiva implantação. Hoje, a Estação Ecológica do Iquê é uma “unidade de conservação de papel”, inviabilizada pela resistência dos tradicionais locais.

No caso de Picinguaba, remanescentes de quilombo vivem em grupos que ainda demonstram esse arranjo social peculiar designado às comunidades tradicionais inseridas em uma unidade de conservação.

A primeira definição oficial para o termo “quilombo” é datada em 1740, quando o Conselho Ultramarino, reportando-se ao rei de Portugal, o define como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”.

Tal conceito manteve-se como definição clássica por muitas gerações, embora não fosse suficiente para representar a importância das comunidades rurais negras e os efeitos da escravidão na sociedade brasileira (GUSMÃO, 1996).

Schmitt (2002) ressalta que a população rural negra, sofrendo expropriações constantes ao longo dos anos, destacava-se em movimentos sociais através de reivindicações e lutas políticas. Tal fato, aliado à inexistência de uma política governamental que regularizasse

as posses de terras de grupos e famílias negras após a abolição (CARDOSO, 1987), passou a despertar a atenção das políticas do Estado, inserindo a denominação quilombo no contexto da elaboração da constituição de 1988.

Valle (2002) aponta que atualmente o conceito de quilombo adotado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) é definido como “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”, ressaltando que os quilombos “não são mera curiosidade histórica situada em algum lugar do passado, mas uma realidade social contemporânea e bastante particular”.

Assim, compreende-se que o Quilombo da Fazenda, presente em Picinguaba, representa a realidade social contemporânea e peculiar de uma comunidade tradicional em constantes adaptações devido às normas impostas com a implantação de uma unidade de conservação: o Parque Estadual da Serra do Mar.

3.3. O Núcleo Picinguaba e a Constituição do Quilombo da Fazenda

O Núcleo Picinguaba abrange aproximadamente 80% do município de Ubatuba (totalizando cerca de 47 mil hectares). Todo esse território é privilegiado por paisagens naturais de beleza ímpar, onde encontram-se, muito bem conservados, cinco ecossistemas característicos da Mata Atlântica brasileira: Floresta Ombrófila Densa, Manguezal, Costão Rochoso, Restinga e Praia.

Além disso, o Núcleo é conhecido pelo seu rico patrimônio histórico-cultural, devido às, ainda presentes, tradições quilombolas e caiçaras.

Devido às suas características culturais diferenciadas, produzidas historicamente, são reconhecidas em Picinguaba, sob o estatuto jurídico de tradicionais, as comunidades do Cambury, Vila de Picinguaba, Sertão de Ubatumirim e Sertão da Fazenda. São localidades onde residem famílias caiçaras e/ou quilombolas há várias gerações.

Cada uma destas comunidades tem suas peculiaridades: a Vila de Picinguaba, tradicionalmente caiçara, já revela um espaço urbano consolidado, apresentando problemas decorrentes do seu desenvolvimento desordenado, com excessivo parcelamento e grande parte das áreas nas mãos de veranistas, ou comerciantes de fora.

Ubatumirim é uma comunidade essencialmente rural, reconhecida pela produção de banana e mandioca.

O Cambury, em parte abrangido também pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina, reconhece quilombolas e pescadores caiçaras, com maior contato com veranistas, que frequentam e também ocupam posses na região.

O Sertão da Fazenda, objeto de estudo deste trabalho, é ocupado por remanescentes de quilombo que atualmente buscam maior integração com o mercado de trabalho voltado para os serviços e o turismo.

Tais remanescentes se intitulam como “Quilombo da Fazenda”, com o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares em 2005. Esse título não é dado como oficial, pois não tem o reconhecimento do Governo do Estado. Logo, as informações sobre o histórico cultural dessa comunidade ainda não se encontram em nenhum laudo antropológico oficial feito pelo Estado, mas podem ser encontradas na literatura através de pesquisas científicas.

O início de constituição do Quilombo da Fazenda se deu há séculos atrás, por três famílias: família Braga, família Vieira, e família Assunção, representantes de escravos refugiados com descendência africana.

As tradições de subsistência do quilombo baseavam-se no cultivo agrícola em pequenas lavouras, e pesca artesanal, devido à proximidade com a Praia da Fazenda.

O cultivo agrícola era basicamente feito por rotação de terras e muito pouco se fala de caça animal em seus costumes, já que os pescados na região eram abundantes. A pesca era feita muitas vezes em parceria com outras comunidades vizinhas, como a Vila de Picinguaba. Essas parcerias incluíam o escambo: geralmente o excedente da agricultura do Sertão da Fazenda era trocado pelo excedente da pesca na Vila de Picinguaba, por exemplo.

Atualmente, o Quilombo da Fazenda conta com cerca de duzentos moradores, distribuídos em cinquenta famílias.

Como mostra Raimundo (2007), o Quilombo da Fazenda, e todas as demais comunidades da região, começaram a passar por alterações significativas a partir de 1973, com a abertura da BR-101, principal vetor de ocupação da área.

No distrito de Picinguaba, a rodovia atravessa o Parque Estadual em um trecho de 13 km, o que facilitou o acesso a Unidade de Conservação, mas contribuiu também para o processo de especulação imobiliária em sua extensão. No entanto, as características físicas do relevo, a conformação do solo e a disposição dos recursos hídricos, estabelecem uma proteção natural contra o avanço descontrolado sobre áreas menos acessíveis, redutos ecossistêmicos de maior incidência da biodiversidade local, ressaltando a presença de espécies endêmicas de fauna e flora da Mata Atlântica (DA SILVA, 2010).

A criação do Parque funcionou também como um freio ao início da ocupação de terras por migrantes, veranistas, e especuladores, facilitada pela criação da estrada Rio-Santos (BR-101).

Mesmo sendo criado em 1977, o Núcleo Picinguaba só passou a receber ações efetivas do Estado em 1981, quando a antiga fazenda da Caixa foi incorporada aos limites do Parque.

Esta fazenda situava-se no Sertão e Praia da Fazenda, que englobava comunidades remanescentes de quilombo.

Em 1983 levantou-se a situação fundiária da área e um acordo verbal foi feito com os moradores do Sertão da Fazenda: as famílias que desejassem continuar na área teriam de respeitar a propriedade do Estado e não realizar novos desmatamentos nem vender suas posses a terceiros. É importante destacar que a regularização de títulos, ou seja, o registro em cartório de suas posses, não fazia parte da cultura caiçara e quilombola, tratava-se do entendimento da terra como entidade comunal (RAIMUNDO, 2008).

E é a partir dessa época, com o manejo da terra baseado na cultura tradicional limitado pelas imposições do Parque, junto às discussões de pertencimento das terras, que passam a surgir os conflitos entre os interesses da comunidade e do Estado.

4. MATERIAL E MÉTODOS

Os dados expostos nessa pesquisa foram levantados durante um trabalho voluntário (“Programa Amigos do Verde”¹) realizado nos meses de fevereiro e março de 2011 e com visitas programadas nos meses de março e abril de 2013 ao Quilombo da Fazenda, em Ubatuba, São Paulo.

A área de estudo encontra-se inserida no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar. A Serra do Mar é caracterizada por possuir vegetação ombrófila densa, que é caracterizada por ambientes com chuvas intensas (ombrófilos), relacionados a fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas (médias anuais de 25°C) e de alta precipitação bem distribuída no ano (de 0 a 60 dias secos), ou seja, praticamente sem período seco. Nesta região dominam os latossolos provenientes de granitos e gnaisses, assim como granitos de diversos períodos geológicos, caracterizados por baixa fertilidade natural (IBGE, 1992).

Os resultados foram obtidos através de visitas às áreas de quilombo orientadas por guias locais, e através de entrevistas. Ao lado da observação, a entrevista representa uma das principais técnicas de coleta de dados utilizadas nas pesquisas qualitativas, entre elas os estudos de caso (LÜDKE & ANDRÉ, 1986; YIN, 2006).

De acordo com Martins e Campos (2004), esta pesquisa qualitativa busca estudar “a realidade em seu contexto natural (...) e procura dar sentido ou interpretar os fenômenos de acordo com os significados que possuem para as pessoas implicadas nesse contexto”.

O Quilombo da Fazenda possui atualmente cinquenta famílias, com cerca de duzentos moradores. Nesse estudo, os líderes comunitários e pessoas diretamente envolvidas em projetos junto à comunidade foram identificados e entrevistados com um gravador de voz, seguindo um roteiro de questões preestabelecido. No intuito de expor a expressão original das declarações dos entrevistados, foi mantido o tom coloquial nos relatos transcritos nesta pesquisa, e, a fim de manter o anonimato dos mesmos, os nomes não são revelados. O modelo das entrevistas encontra-se nos anexos do trabalho.

Além das entrevistas realizadas com os questionários, foram feitas várias entrevistas livres, informais, com membros comunitários, funcionários do Parque e pessoas envolvidas

¹ “Os Amigos do Verde é um programa de voluntariado dos Parques Estaduais paulistas. O programa visa registrar e reconhecer os esforços daqueles que doam seu tempo e talento para garantir o trabalho de conservação das áreas protegidas do Estado. O principal objetivo dos Amigos do Verde é implantar oficialmente um modelo de gestão participativa nas unidades de conservação paulistas. Os voluntários podem escolher o Parque em que desejam atuar, além de informar a disponibilidade de tempo para se dedicar à unidade de conservação escolhida. Entre as áreas de atuação estão a prestação de informação aos visitantes, a monitoria ambiental, o apoio na manutenção e implementação de trilhas e ações de educação ambiental. O Programa também permite o reconhecimento do trabalho de pesquisadores que já atuam dentro dos Parques, enriquecendo o conhecimento sobre a biodiversidade existente dentro deles. Pode ser um Amigo do Verde todos os brasileiros e estrangeiros com idade a partir de 14 anos. Ainda assim, menores de 18 anos precisam ter autorização dos responsáveis. Pessoas jurídicas que atuam na área de conservação ambiental também poderão se tornar Amigos do Verde” (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011).

com o Quilombo da Fazenda. A entrevista informal tem por objetivo fazer com que o entrevistado converse livremente com o pesquisador. Dessa forma, não se faz necessário a utilização de um guia prévio de perguntas, sendo introduzido apenas um tema geral a partir do qual se desenvolve informalmente a conversação. Busca-se, com isso, proporcionar um clima favorável entre o pesquisador e o entrevistado, de modo que a conversação se desenvolva de forma espontânea entre os mesmos (MACIONIS & PLUMMER, 2000).

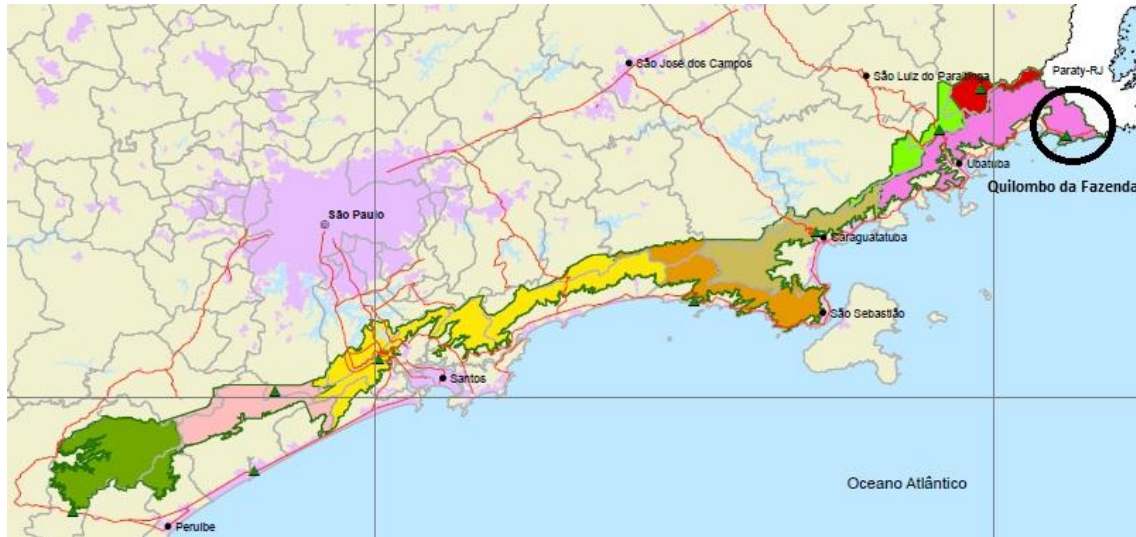


Figura1. Distribuição dos Núcleos Administrativos do Parque Estadual da Serra do Mar e localização geográfica do Quilombo da Fazenda. (Fonte: Bases Cartográficas Digitais IBGE e Instituto Florestal)

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. As Mudanças Provocadas pela Implantação do Parque Estadual da Serra do Mar

Através das entrevistas aplicadas, nota-se que a percepção de que o Quilombo da Fazenda existe na região há séculos é unânime. Durante tanto tempo de história, muito da cultura quilombola se perdeu e, com a chegada do Parque, esse processo de perda da identidade acentuou-se.

Os primeiros impactos significativos gerados no modo de vida tradicional do quilombo vieram com a criação da BR-101.

“Na verdade, todos esses problemas que a gente tá falando, foi a BR que provocou. Se não tivesse a BR, acho que não teria Parque, nem impedimento de nada. O que fez a comunidade se deslocar de seus trabalhos, de seus costumes, foi a rodovia. Depois da rodovia veio o turismo, aí não era mais só a gente”, diz Quilombola 1².

Enquanto a rodovia era construída a expectativa da comunidade era a melhor possível: finalmente o deslocamento até Paraty e ao centro de Ubatuba, por exemplo, seria facilitado.

Porém, além dos benefícios esperados, houveram surpresas desagradáveis, como aponta Quilombola 2³: *“O funcionamento da BR era muito esperado por todos que moravam aqui, por conta das dificuldades que as pessoas tinham com trajetos, transporte e tudo mais, mas no final ela se tornou uma coisa boa e ao mesmo tempo ruim pra gente. Com a BR veio a especulação imobiliária, veio muita coisa que a gente não esperava e tirou um pouco da paz da gente.”*

A partir de 1973, com a facilidade de acesso permitido pela rodovia, muitos turistas passaram não só a frequentar Picinguaba, como também a comprar terras, registrando as propriedades em cartório. Muitas dessas terras foram vendidas a custos irrisórios por moradores tradicionais, já que a maioria deles não conhecia o real valor de suas propriedades.

A criação do Parque, quatro anos após a criação da BR-101, teve importância fundamental na redução desse processo de especulação imobiliária que começava na região.

“(...) uma das coisas que eu digo que é benefício do Parque: sem a chegada do Parque, talvez a comunidade não conseguisse segurar os invasores, né? Grileiros, a especulação imobiliária... com certeza, aqui onde estou agora seria condomínio puro, essa praia não seria uma praia limpa, conservada. Seria de ponta a ponta condomínio, isso eu tenho certeza, a gente não conseguiria segurar. Com a chegada do Parque sim, a gente mantém a mata e a praia intactos, do mesmo jeito”, reconhece Quilombola 2.

Raimundo (2008) mostra que, com a implantação do Parque, os conflitos se intensificaram, seja com os moradores caiçaras e quilombolas, com o cerceamento de seu modo de vida, seja com a especulação imobiliária e o turismo, coibindo ou restringindo as demandas de ocupação de novas áreas, com o embargo de construções, entre outras ações. A implantação de atividades de educação ambiental e ecoturismo ficaram relegadas a um segundo plano.

Muitos desses conflitos agravaram-se com a falta de orientação do Estado sobre o processo de implantação de uma Unidade de Conservação que iniciava na região, diz

² Quilombola 1: um dos líderes comunitários mais antigos do Quilombo.

³ Quilombola 2: membro da Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Fazenda e funcionário do PESM

Quilombola 2: “A implantação do Parque foi uma coisa meio inesperada. Vieram fazendo entrevistas, vendo quantos moradores existiam, e ao mesmo tempo nas entrevistas eles falavam pras pessoas que eles teriam que sair por que as áreas agora eram do governo e seriam tombadas a parque. Mas ninguém sabia o que era parque”. Quilombola 1 complementa dizendo que nunca tinham ouvido termos como “meio ambiente” e “Unidade de Conservação” antes.

Além da falta de orientação adequada, a chegada dos representantes do PESM é qualificada como “radical” e muitas vezes “violenta”, como descreve *Quilombola 2: “O Parque foi feito de maneira totalmente errada. Foi feito de cima pra baixo... sobrevoaram aí, viram uma mata linda e maravilhosa, e aí eles resolveram criar o Parque. Mas eles não viram que nessa mata tinha várias comunidades, o que gerou muitos conflitos. As pessoas existentes que nasceram e sempre viveram aqui jamais aceitariam que eles simplesmente chegassem falando que a gente tinha que sair por que agora era uma área do Estado, ou dá uma indenização qualquer pras pessoas, que já estavam acostumadas com seus modos de vida. Isso ficou meio inaceitável. Com isso, no comecinho do Parque, eles vieram com muita violência mesmo, de bater de pessoas na mata por tirar lenha seca, por exemplo. (...) no meu caso eu tive minha casa demolida grávida de cinco meses, com cinco crianças pequenas, cortaram minha roça toda, me jogaram pra rua”.*

O novo regime advindo com a chegada do PESM, além de não reconhecer a posse da terra pelos tradicionais, apresentava uma série de proibições, passíveis de multas e apreensão. Uma série dessas limitações contrariava o modo de vida tradicional, como a proibição da pesca e da extração de recursos naturais da mata, ressalta *Quilombola 1: “A vida da comunidade era agricultura familiar e pesca. A gente ia pescar na parte da manhã e de tarde limpava a roça. Era pra subsistência, e muita coisa funcionava na base da troca”.* Essa referência à “troca” mostra a importância do escambo na época, não só dentro do Sertão da Fazenda, como também com outras comunidades parceiras da região. *Quilombola 1* cita como exemplo a troca do excedente de mandioca produzida no Sertão da Fazenda pelo pescado dos caiçaras da Vila de Picinguaba, reforçando que hoje “até mandioca pra fazer a farinha aqui na Casa da Farinha tem que buscar de fora, por que aqui não pode plantar”.

Muitas dessas práticas cotidianas chocavam-se com as novas regulamentações do Estado. Nas palavras de *Quilombola 2*, “(...) o nosso modo de vida se perdeu, a nossa cultura se perdeu. A gente vivia da roça, lavoura, da pesca. E hoje a gente não pode pescar mais, não pode mais plantar nem manejar a terra.”

Quilombola 1 caracteriza a rotação de terras na agricultura, sistema adotado pela comunidade no passado: “O caiçara, quilombola, nunca foi depredador. Trabalhava três anos num lugar, depois três anos em outro. Enquanto trabalhava os três anos em um lugar, o outro estava criando mata, descansando a terra. Aqui, chorão, embaúba, quaresma, candiuba... essas árvores crescem muito rápido, depois de três anos já se tinha madeira grossa. A gente podia extrair a madeira e voltar com a agricultura nessa área. Esse era o manejo, que foi acabando por que o Parque não deixava”.

Justamente por não se acharem depredadores da natureza, extraindo mesmo só o necessário para manter um modo de vida harmônico com o mar e a floresta, explica-se a incompreensão dos tradicionais com a chegada de uma Unidade de Conservação. Para eles, o modo de vida mantido por tantos anos representava a verdadeira conservação da natureza, o que era comprovado pelas amplas áreas de florestas preservadas em estágios sucessionais avançados. *Quilombola 2* destaca que “tudo era feito dentro de um bom manejo, por que os antigos eram muito sábios e respeitavam muito a natureza”.

*Ponto 1*⁴ ainda cita que, com tantos vetos impostos, outras tradições foram se extinguindo. “(...) os saberes que no passado estavam articulados com características daquela época, hoje em dia já são diferentes. O mundo é outro, eles estão em contato com outras coisas. Por exemplo, o Fandango Caiçara geralmente acontecia depois de mutirões, de roças, de construção de casas... o Fandango é a dança mais forte na memória dos moradores e no passado acontecia associado a uma série de coisas que hoje em dia já não existem mais. Pela chegada do Parque, não se pode mais fazer roça, não tem mais mutirões pra fazer casas de pau-a-pique, não se pode tirar materiais do mato... aquele universo que existia e que, dentro daquela situação fazia sentido, hoje não existe mais”.

De forma geral, fica claro que os maiores impactos e conflitos gerados com a implementação do PESM relacionam-se com a proibição da agricultura de subsistência e da pesca, aliada ao início de desapropriações de residentes.

A preocupação com a preservação da natureza com a chegada do Parque não conservou a cultura tradicional; nas palavras de *Quilombola 1*, “hoje se perdeu a raiz da nossa cultura”.



Figura 2. Entrevista com um dos membros do Quilombo da Fazenda. (Fonte: arquivo do autor)

5.2. Adaptações no Modo de Vida Tradicional Diante da Nova Legislação Vigente

Diante desse novo contexto advindo da implantação do Parque Estadual da Serra do Mar no final da década de 70, muitos não se adaptaram às mudanças, buscando a vida em outros lugares, como Paraty, cidade vizinha, no Estado do Rio de Janeiro. Além desse estímulo ao êxodo rural, alguns residentes, sem o subsídio da indenização prometida pelo Estado até um acordo para desapropriação, buscavam empregos em bairros próximos, caracterizando a migração pendular: trabalhavam durante o dia, e voltavam pras casas na comunidade muitas vezes só para dormir.

⁴ *Ponto 1*: um dos responsáveis pelo funcionamento do Ponto de Cultura no Quilombo da Fazenda.

Para amenizar esse problema, a opinião geral exalta que o Parque deveria capacitar os residentes do quilombo, garantindo emprego para a comunidade, estabelecendo um vínculo maior de confiança e parceria entre os mesmos. Diz *Quilombola 2*: “*Eu acho que o Parque tinha que gerar emprego pra comunidade toda. A partir do momento que eles tiraram nosso direito de tudo, os jovens estão na comunidade desempregados. Não tem emprego e a maioria dos jovens vai embora procurando emprego na cidade. Eu acho que eles deveriam dar oportunidade pra esse jovem da comunidade trabalhar. Deveriam capacitar e abrir portas de emprego pra esses jovens, por que aí eles iriam compensar o que eles tiraram dos jovens. Mas eles pegam os de fora, e não dão tanta oportunidade pros daqui. Tem o exemplo do meu filho. Ele fez uma capacitação pra ser monitor de bote (trilha fluvial) e fez horas de estágio pra trabalhar como monitor. Tem uma trilha dentro da comunidade dele, que é a trilha do Jatobá, que ele conhece perfeitamente e agora foi tirado o direito deles de fazerem essa trilha... já trabalhavam na trilha há dois anos e vieram agora dizer que eles não estão capacitados, que precisa de um diploma... tem que ter agora um outro curso de monitor, sendo que os meninos conhecem tudo na trilha. Aí quebrou, né? Os meninos sentiram... Cristiano já tá até procurando serviço lá fora, vai trabalhar numa estrada, sendo que o menino tem potencial de trabalhar aqui dentro”.*

Quilombola 1 mostra que através de uma parceria com a comunidade o Parque se beneficiaria muito com o conhecimento tradicional. Ele cita, por exemplo, que os mais antigos conhecem trilhas que poderiam ser usadas a fim de desenvolver atividades de educação ambiental e ecoturismo, mas como o Parque não licencia monitores do próprio quilombo para trabalharem como monitores na maioria das trilhas, eles se privam de fornecer tais informações.

Atualmente, são apenas seis funcionários do Quilombo a serviço do Parque. Um deles é monitor ambiental e trabalha para o Parque através de uma empresa terceirizada; o restante trabalha prestando serviços gerais.

Depois de décadas sofrendo as imposições do Estado, sem a noção de como se organizar para reivindicar seus direitos, os resistentes ainda residentes no Sertão da Fazenda uniram forças pra buscar alternativas para se adaptar às exigências da legislação. As maiores mudanças vieram com a criação da Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Fazenda (ACRQF), em 2003. *Quilombola 2*, atual presidente da associação, resume: “*(...) a gente resolveu formar uma associação por que a gente descobriu que somos remanescentes de quilombo e que tem uma lei federal que defende a gente. A associação hoje tem nove anos e foi através dela que a gente conseguiu alguma coisa. Não tinha energia (elétrica) na comunidade enquanto o Parque tinha... na comunidade não podia ter. Hoje, a gente já conseguiu energia. Hoje, uma comunidade que não tinha acesso nenhum à comunicação tem um Telecentro... tudo isso, na briga por sermos remanescentes de quilombo. A gente tá trabalhando agora pra tentar o licenciamento de roças, mas não conseguimos ainda. O órgão que trabalha com a gente é o ITESP, mas fica em cima do muro; Estado não briga com Estado”.*

O ITESP (Instituto de Terras de São Paulo) é o órgão responsável pela emissão do título da terra, e a citação de *Quilombola 2* (“*Estado não briga com Estado*”), condiz com a dificuldade de o órgão assumir uma postura contrária aos interesses do Instituto Florestal, órgão responsável pela gestão das unidades de conservação, já que os dois são órgãos regidos pela administração superior do Estado.

Mesmo assim, hoje a maior luta da Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Fazenda refere-se ao requerimento de reconhecimento oficial da comunidade como quilombo pelo Estado.

O maior estímulo a essa reivindicação baseia-se no Artigo 68 da Constituição Brasileira de 1988:

“Art 68: Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Além do Artigo 68, outros dois artigos se valem de notória importância:

“Art. 215: O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.”

“Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

Os remanescentes do Quilombo da Fazenda, agora conhecendo seus direitos expressos na Constituição Federal, defendem a opinião expressada por *Quilombola 1*: *“Se a gente fosse reconhecido como quilombo pelo Estado, tudo ficaria mais fácil. Mas pra deixar a gente na saia justa, eles ficam nesse ‘reconhece, não reconhece’. Só temos o reconhecimento da Fundação Palmares, que não é um reconhecimento legítimo. Não podemos nem colocar uma placa de ‘quilombo’ lá na entrada só com o reconhecimento da Fundação Palmares. Agora, com o reconhecimento estadual, vira quilombo mesmo, teremos direito à terra, e a um monte de recursos. A gente busca esse reconhecimento há anos, mas tá difícil”*.

Quilombola 2 mostra que o reconhecimento da comunidade como Quilombo da Fazenda pela Fundação Cultural Palmares em 2005, mesmo sendo um título valioso, que pode representar o início do reconhecimento oficial pelo Estado, não é suficiente para fazer valer os direitos necessários para o retorno ao modo de vida tradicional antigo.

Logo, para independe das regulamentações do Parque, o objetivo maior da comunidade atualmente é a obtenção definitiva e legítima do título de Quilombo da Fazenda pelo Estado de São Paulo, para que os benefícios prescritos na Constituição Brasileira possam ser adquiridos.

5.3. Projetos em Desenvolvimento e a Amenização de Conflitos Etno-Ambientais

É importante ressaltar que o relacionamento da comunidade com o Parque varia de acordo com a gestão vigente. Desde a data de implantação do Núcleo Picinguaba muito mudou e a situação hoje é mais harmoniosa do que a de décadas atrás. Nesse ínterim, muitos gestores, de diferentes formações, já assumiram a responsabilidade como representantes da Fundação Florestal, e é nítido que a aceitação da comunidade varia de acordo com os procedimentos de gestão adotados. Algumas gestões promoveram parcerias valiosas com as comunidades locais.

5.3.1. Projeto Agrofloresta no Sertão da Fazenda

Em 2002, por iniciativa do Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (IPEMA), criou-se, com ajuda da comunidade do Quilombo da Fazenda e permissão do Parque Estadual da Serra do Mar, um projeto de implantação de uma agrofloresta no Sertão da Fazenda.

“Um dos projetos que eu abracei e achei muito gratificante foi o projeto do IPEMA com agroflorestas. Até então a gente não tinha conhecimento desse tipo de plantio, e quando eu fui convidada pra fazer o primeiro curso, de uma semana, eu comecei a falar: ‘Esse negócio não vai dar certo. Como que a planta vai dar no meio do mato, com essa “limpadinha” básica... não vai acontecer, não rola!’. Ai nós tivemos nossa experiência com nossa primeira agrofloresta e é maravilhoso! Dá pra se fazer o plantio numa boa, sem prejudicar a mata”, diz Quilombola 2.

Segundo Almeida *et al.* (2002), os Sistemas Agroflorestais (SAF's) são reconhecidamente modelos de exploração de solos que mais se aproximam ecologicamente da floresta natural, considerados uma importante alternativa representando um uso sustentável dos recursos naturais e do solo.

Os SAF's podem promover a integração de áreas rurais, considerando a participação das comunidades locais na procura de soluções comuns a fim de obter um desenvolvimento sustentado, garantindo o acesso e utilização racional dos recursos naturais por todas as famílias que ali residem (COSTA *et al.*, 2002).

A estabilidade ecológica é uma das principais características desses sistemas. Esta estabilidade resulta da diversidade biológica promovida pela presença de diferentes espécies vegetais e animais atuando e interagindo no sistema. A multiestratificação diferenciada de grande diversidade de espécies de múltiplos usos, que exploram os diferentes perfis verticais e horizontais da paisagem nos SAF's, aperfeiçoa o máximo aproveitamento da energia solar (MACEDO, 2000).

Müller *et al.* (2002 e 2003) destaca que os SAF's têm relevante importância ambiental auxiliando na proteção contra erosão e degradação dos solos, conservando os remanescentes florestais, conservando espécies arbóreas de valor ecológico (proteção e alimentação à fauna, espécies endêmicas e espécies em extinção), conservando nascentes e cursos d'água e interligando fragmentos florestais através de corredores ecológicos.

Logo, os sistemas agroflorestais podem ser considerados como uma alternativa de manejo racional dos recursos naturais renováveis amenizando os principais problemas da agricultura tradicional e de seus impactos negativos sobre o meio ambiente (TSUKAMOTO FILHO, 1999).

Na visão de Quilombola 1, *“as agroflorestas, na verdade, era o que a gente fazia antes, sem saber. Agora eles apresentam isso como um projeto, um estudo. Mas antigamente,*

não tinha como comprar frutas em lugar nenhum. Então a gente plantava laranjeira, abacate, abricó, jaca, limão, lima... tudo junto no pomar do quintal, pra quando chegasse a época da fruta, a gente colher. Essa era a agrofloresta que a gente tinha de primeiro”.

O SAF implantado na comunidade fica hoje no quintal de um dos residentes da comunidade, numa antiga área de roça com dimensões de 100 metros de comprimento por 50 metros de largura, liberada pelo Parque para que fosse feito o trabalho. A área é manejada periodicamente pelos membros do quilombo.

São manejadas quarenta espécies diferentes no sistema, com destaque pras frutíferas e madeiras. Abaixo segue a listagem (Tabela 1) contendo as plantas da agrofloresta ordenadas alfabeticamente pelo nome popular, com os respectivos nomes científicos e famílias botânicas.

Tabela 1. Espécies manejadas na agrofloresta do Quilombo da Fazenda

	Nome popular	Nome Científico	Família Botânica
1	ABACATE	<i>Persea americana</i> Mill	Lauraceae
2	ABACAXI	<i>Ananas comusus</i> (L.)	Bromeliaceae
3	ABRICÓ	<i>Manilkara bojeri</i>	Sapotaceae
4	AÇAÍ	<i>Euterpe oleraceae</i> Mart.	Arecaceae
5	AIPIM, MANDIOCA	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae
6	AMORA-BRANCA	<i>Maclura tinctoria</i> (L.)	Moraceae
7	AMORA-SILVESTRE	<i>Rubus fruticosus</i>	Rosaceae
8	BANANA	<i>Musa paradisiaca</i> L.	Musaceae
9	BATATA-DOCE	<i>Ipomoea batatas</i>	Convolvulaceae
10	BOLDO	<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews	Lamiaceae
11	CACAU	<i>Theobroma cacao</i> L.	Sterculiaceae
12	CAFÉ	<i>Coffea arabica</i> L.	Rubiaceae
13	CAMBUCÁ	<i>Plinia edulis</i> (Vell.) Sobral	Myrtaceae
14	CAMBUCCI	<i>Campomanesia phaea</i>	Myrtaceae
15	CANELA SASSAFRÁS	<i>Cinnamomum zeylanicum</i> (L.) Blume	Lauraceae
16	CANUDO-DE-PITO	<i>Mabea brasiliensis</i> Mull. Arg.	Euphorbiaceae
17	CASTANHA	<i>Bombacopsis glabra</i> (Pasq.) A. Robyns	Bombacaceae
18	CEDRO	<i>Cedrela fissilis</i> Vell.	Meliaceae
19	COITÉ	<i>Crescentia Cujete</i>	Bignoniaceae
20	EMBAÚBA	<i>Cecropia glaziouii</i> Snethl	Cecropiaceae
21	FRUTA-DO-CONDE	<i>Annona mucosa</i> Jacq.	Annonaceae
22	GOIABA	<i>Psidium guajava</i> Raddi	Myrtaceae
23	GUANANDI	<i>Calophyllum brasiliense</i> Cambess	Clusiaceae
24	GUARANÁ	<i>Paullinia cupana</i> Ducke	Sapindaceae
25	INGÁ	<i>Inga sessilis</i> (Vell.) Mart	Mimosaceae
26	INHAME	<i>Dioscorea alata</i> L.	Dioscoreaceae
27	JACA	<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	Moraceae
28	JATOBÁ	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Fabaceae
29	JENIPAPO	<i>Genipa americana</i> L.	Rubiaceae
30	LIMA	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck	Rutaceae
31	LIMÃO-CRAVO	<i>Citrus limonia</i> Osbeck	Rutaceae

32	MAMÃO	<i>Carica papaya</i> L.	Caricaceae
33	MARACUJÁ-AMARELO	<i>Passiflora edulis</i> Sims	Passifloraceae
34	MARACUJÁ-DOCE	<i>Passiflora alata</i> Curtis	Passifloraceae
35	MILHO PALHA-ROXA	<i>Zea scientifically</i>	Poaceae
36	MIXIRICA	<i>Citrus reticulata</i> Blanco	Rutaceae
37	PALMITO JUÇARA	<i>Euterpe edulis</i> Mart	Arecaceae
38	PAU-JACARÉ	<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J. F. Macbr	Mimosoideae
39	PUPUNHA	<i>Bactris gasipaes</i>	Arecaceae
40	URUCUM	<i>Bixa orellana</i>	Bixacea

*Quilombola 3*⁵ defende a ideia do investimento em áreas destinadas a SAF's na comunidade, dizendo: "A agrofloresta, além de ser um sistema que faça a interação do homem com a natureza, com extração de recursos sem agredir a natureza, pode trazer renda pra comunidade, pois pode-se extrair os frutos. Eu penso que poderia ser feita uma feira, e fazer um sistema de "Colhe e Pague", em que a pessoa colhe a quantidade de frutos que quiser e paga só pelo que colher. A gente pode manejar a extração de madeira também, como a do cedro, o que evita a extração de madeira da mata nativa, ajudando a preservar a floresta".

A atual presença da agrofloresta na comunidade promove ainda mais as interações definidas por Alcorn (1995) como etnobotânica, caracterizada pela inter-relação entre planta e ser-humano, inseridos em ecossistemas dinâmicos envolvendo componentes naturais e sociais.

5.3.2. Projeto Juçara e a importância do manejo da palmeira no contexto atual

A espécie *Euterpe edulis* Martius, nativa da Floresta Tropical Atlântica do Brasil, tem larga distribuição geográfica no país. Sua área de ocorrência natural se estende desde o sul da Bahia até o norte do Rio Grande do Sul, assumindo originalmente maior abundância na Floresta Ombrófila Densa e na maior parte das Florestas Estacional Decidual e Semidecidual, além das áreas ciliares da Floresta Ombrófila Mista (REIS *et al.*, 2000).

Do ponto de vista ecológico, a palmeira juçara é uma espécie-chave para a manutenção da diversidade biológica da Mata Atlântica. A abundante produção de frutos, durante longos períodos do ano é utilizada na dieta básica de diversos animais, como tucanos, sabiás, maritacas, jacutingas, porcos do mato, antas, tatus e capivaras (SOS MATA ATLÂNTICA, 2007).

Porém, devido ao palmito muito valorizado gastronômica no mercado interno e externo, a juçara tem sido explorada há décadas de forma preocupante. A partir de 1965 a extração do palmito tornou-se uma atividade ilegal com a instituição do Código Florestal brasileiro, Lei 7.771/65 (BRASIL, 1965), sendo permitido o corte apenas diante da aprovação de um plano de manejo sustentado. Mesmo assim, a extração ilegal do palmito foi se tornando uma das principais atividades de subsistência de comunidades residentes no interior de

⁵ *Quilombola 3: representante da juventude do Quilombo da Fazenda.*

Unidades de Conservação, uma vez que revelava menores riscos em relação à agricultura tradicional, cujo uso do fogo e abertura de clareiras era facilmente identificado pela fiscalização ambiental (CARRIL, 1995).

Atentando para o risco de extinção da espécie aliado ao consumo de palmito, alguns projetos foram idealizados em diversos Estados do Brasil.

No Rio de Janeiro, Siqueira (2010) avalia o “Projeto Amável”, criado em 2008 na Área de Proteção Ambiental da Serrinha do Alambari, município de Resende, diante da percepção de que os palmitais nativos vinham sendo devastados intensamente, propondo a extração do fruto da palmeira para preservação da mesma.

Em Maquiné, no Rio Grande do Sul, Lutkemeier (2009) analisa projetos em que o uso dos frutos por moradores locais tem destaque pelo ponto de vista ecológico e socioeconômico, atualmente evitando o corte da planta antes derrubada para extração do palmito.

No Estado de São Paulo, Godoy e Leandro (2005) destacam a importância de dois projetos pioneiros. O primeiro deles teve origem no litoral norte em 1994, na aldeia indígena Guarani do Ribeirão Silveira, na Praia de Boracéia. Denominado “Projeto Jeju” (“Jeju” significa “Palmito Juçara” na língua nativa), o foco do mesmo visava o reflorestamento da Juçara na região. Diante do sucesso do Projeto Jeju, outras aldeias inseridas em áreas devastadas da Mata Atlântica motivaram-se às práticas de reflorestamento do palmito juçara. Em 2003 foram propostos planos para reproduzir a experiência do Projeto Jeju na cidade de São Paulo, na aldeia indígena Krucutu. O projeto “Krucutu: resgate da sabedoria do palmito na Mata Atlântica” também foi um sucesso, ampliando o reflorestamento da Juçara no Estado. Pedroso (2008), em trabalho desenvolvido com a comunidade quilombola de Ivaporanduva - uma das comunidades presentes no Vale do Ribeira, litoral sul do Estado – demonstra que a extração e venda de da polpa do fruto de uma palmeira pode gerar, em um ano, retorno econômico seis vezes maior que o comércio ilegal do palmito, com o grande diferencial de que a planta continua viva pro manejo e geração de renda nos anos seguintes. Essa maior vantagem econômica, devidamente explicada aos tradicionais, contribui para a diminuição de atividade predatória e tem preservado a espécie no território quilombola.

Nas últimas décadas, um dos maiores problemas sócio-ambientais encontrados no Núcleo Picinguaba refere-se justamente à extração ilegal do palmito juçara da mata nativa. O corte é realizado, em sua maioria, não por moradores locais, mas por palmiteiros vindos de regiões vizinhas que montam acampamentos rústicos na mata durante a noite e posteriormente comercializam o palmito em outros lugares. Assim como caçadores, muitos desses infratores exploradores da juçara já foram presos nos limites do Núcleo Picinguaba. No intuito de evitar a prática do corte da palmeira, pelo menos entre os tradicionais, baseando-se no sucesso de tantos projetos viabilizados pelo país, o Projeto Juçara foi desenvolvido.

Antes da chegada do projeto, a comunidade já tinha conhecimento das vantagens da exploração dos frutos da palmeira. Houveram trabalhos anteriores, com técnicos do IPEMA (Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica) em parceria com a comunidade, desenvolvendo técnicas agroflorestais em áreas de manejo permitido pelo Parque. Nessas práticas, notou-se o grande potencial local de extrair-se a polpa dos frutos da juçara, gerando renda à comunidade com a floresta em pé. A partir daí elaborou-se um projeto pra se trabalhar exclusivamente com a espécie. Com o apoio do Parque, percebendo que o projeto além de gerar renda à comunidade favorecia a conservação de indivíduos de *Euterpe edulis*, o Projeto Juçara foi iniciado em 2010.

Segundo Cardoso e Leite (2010), a exploração dos frutos da juçara é mais ecológica e rentável do que a do palmito. Atualmente, isso é visto, na prática, no Sertão da Fazenda. De

acordo com *Ipema 1*⁶, “(...) o Parque indicava áreas potenciais para plantio dentro dos seus limites, ajudaram a plantar em algumas áreas, com a força de trabalho de alguns monitores. Atividades de Educação Ambiental também com monitores e estagiários do Parque. Um grupo de trabalho envolvendo gestores do Parque, a Fundação Florestal, o IPEMA, fizeram parte da construção de um plano de repovoamento (da Juçara) dentro e no entorno da área do Parque”.

Com a demarcação do Parque de matrizes florestais e indivíduos da espécie legalizados ao manejo, a comunidade passou a valorizar ainda mais a planta viva, que frutifica por meses, e pode ser manejada por vários anos, gerando um retorno econômico deveras atrativo a quem antes extraía o palmito. Durante a colheita, as comunidades, seguindo um plano de manejo sustentável específico pra extração dos frutos, retiram uma porcentagem dos cachos, mantendo uma parte na palmeira. Isso é feito a fim de manter o alimento para a fauna silvestre, o que permite a dispersão natural de sementes pela floresta. Após a despolpa dos frutos, as sementes são armazenadas e usadas no repovoamento da juçara dentro e no entorno da área do Núcleo Picinguaba com a ajuda de monitores do Parque. O projeto incentiva viveiristas do Estado a produzirem mudas para tais plantios, para que em breve a população da espécie volte a ter destaque na Mata Atlântica.

A época de frutificação da juçara varia de local pra local, dependendo de características como altitude e temperatura. Em Ubatuba, esse período é mais intenso de março a maio. Para comemorar os resultados da safra, acontece o Festival da Juçara, em maio. O local da festa varia entre as comunidades de Ubatuba participantes do projeto e, além das manifestações culturais que ocorrem (apresentações musicais e danças tradicionais como o jongo), o evento surpreende pela variedade de receitas feitas pelos tradicionais com o fruto da palmeira.

Além da venda da polpa e inclusão do fruto na gastronomia local, hoje o fruto da juçara é inserido nas merendas escolares das crianças da rede pública.

Rebuá (2012) cita que, segundo análises recentes realizadas pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), o suco da juçara apresenta valores nutricionais bem próximos ao do açaí, com teores de potássio, ferro e zinco consideravelmente superiores. Além disso, um estudo do Instituto de Tecnologia de Alimentos mostra que o nível do antioxidante natural antocianina é também quatro vezes superior (KIFFER, 2010).

Analisando as práticas desenvolvidas e a aprovação da comunidade, faz-se notório os benefícios provindos do Projeto Juçara. Os objetivos do projeto de ampliar a renda comunitária, introduzir um novo alimento nutritivo e saboroso às mesas das famílias quilombolas, e conservar uma espécie, antes ameaçada de extinção, através de seu manejo sustentável foram atingidos, e melhoraram consideravelmente a qualidade de vida dos tradicionais.

Além do apoio da Fundação Florestal, através do Parque Estadual da Serra do Mar, o projeto conta com o patrocínio da Petrobras, através do programa Petrobras Ambiental. O projeto também estabelece parcerias com a Rede Juçara, Instituto Akarui, Prefeitura Municipal de Ubatuba, Secretaria do Meio Ambiente de Ubatuba, Secretaria de Educação e Esalq.

Além do Quilombo da Fazenda, o Projeto Juçara é desenvolvido em Ubatuba nas comunidades tradicionais do Cambury, Ubatumirim, Corcovado, Bonete e na aldeia indígena Boa Vista; produtores rurais em Natividade da Serra e São Luiz do Paraitinga também

⁶ *Ipema 1: membro ativo do IPEMA (Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica).*

participam do projeto, e as associações de moradores locais têm participação ativa em suas respectivas comunidades.

Vale destacar que um projeto como esse pode ser pioneiro no desenvolvimento de outros, buscando o manejo sustentável de outros recursos característicos da região. *Rodrigues* mostra a relevância de se falar do cambuci (*Campomanesia phaea*), que hoje também faz parte da merenda escolar. Segundo *Quilombola 2*, “o Cambuci a gente tá plantando agora (na agrofloresta licenciada), eu, meu irmão, com uma grande expectativa. A gente já fez alguns cursos, participamos de algumas palestras sobre o Cambuci, e, tanto com ele quanto com a juçara dá pra fazer gastronomias maravilhosas. Dá pra fazer vários pratos, doces, compotas, geléias, licores... então, assim que a gente tiver um espaço pra poder plantar, com o Parque liberando, o cambuci é uma das plantas que a gente vai colocar na terra.”



Figura 3. Membro da comunidade mostrando as matrizes de Palmeira Juçara na área do Quilombo da Fazenda. (Fonte: Arquivo do autor)

5.3.3. O Ponto de Cultura “*Olhares de Dentro*”

O projeto “Ponto de Cultura”, promovido através de uma parceria entre a Secretaria do Estado da Cultura e o Ministério da Cultura, é atualmente desenvolvido em diversas comunidades do Estado de São Paulo. Em 2010, através do esforço da Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Fazenda, o projeto foi aprovado na comunidade e nomeado “Ponto de Cultura *Olhares de Dentro*”.

O Ponto de Cultura, hoje estabelecido no Centro Comunitário do Quilombo da Fazenda, tem papel muito importante no resgate da cultura quilombola dentro da comunidade e no entorno. Através do ponto, pessoas de todas as idades se reúnem interagindo em diversas atividades semanais, como práticas de dança e oficinas, explica *Ponto 2*⁷: “Já tiveram várias oficinas desde o início do projeto. Atualmente temos a oficina de construção de instrumentos

⁷ *Ponto 2: um dos responsáveis pelo funcionamento do Ponto de Cultura no Quilombo da Fazenda.*

do fandango caiçara, que, no caso, são: machete, rabeca e viola. Tem também oficina de costura com as crianças, em que eles fazem adereços pros grupos, indumentárias... oficina de musicalização, que não trabalha com os ritmos tradicionais locais, mas trabalha com ritmos populares, na ideia de fazer que eles toquem diversos instrumentos, tendo essa diversidade musical. E tá pra reiniciar as oficinas de artesanato. Já tiveram várias oficinas de artesanato com diversas matérias primas. Com a taboa fizeram chinelos, fruteiras, além das esteiras, que o pessoal aqui tem a tradição de fazer. Cestos feitos de cipó, já fizeram bolsas de caixa de leite, na ideia de reutilizar materiais. Na oficina de construção de instrumentos construíram instrumentos como o xequerê, as alfaias, berimbau, caxixi. O pessoal da comunidade usa os instrumentos pra desenvolver os grupos musicais. Teve oficinas de fotografia. Também de construção de casas. A Casa de Artesanato (feita de pau-a-pique) foi resultado dessa oficina de construção de habitações típicas.”

A Casa de Artesanato, construída em 2013 ao lado da Casa de Farinha com a permissão do Parque, é um exemplo de benfeitoria criada na comunidade graças à passagem do Ponto de Cultura. Na Casa de Artesanato são vendidas e expostas as peças confeccionadas pelos moradores do quilombo, divulgando a cultura e gerando renda.

Quilombola 3 exalta que “o resgate da cultura, além de ajudar para que o jovem continue no quilombo sem precisar buscar o lazer da cidade, pode trazer renda pra comunidade. A gente desenvolvendo grupos musicais, desenvolvendo o artesanato, por exemplo, melhora os atrativos do turismo de base comunitária”.

Segundo Reis, mais que desenvolver atrativos ao turismo, a essência do projeto é muito maior: *“Acredito que o resgate cultural oferecido pelo projeto vai além dos atrativos turísticos... querendo ou não, ter um grupo musical, ter a culinária, e tudo mais, é atrativo. Só que mais do que isso, trabalhar com o fortalecimento de sua própria identidade, quando um turista chega, o tradicional não se abala tanto, negativamente, com a presença dele. Em termos de fortalecer o turismo, o trabalho fortalece nesse sentido, não de ser uma atração, mas de fortalecer a identidade das pessoas”.*



Figura 4. Apresentação de Jongo, dança típica quilombola, em um dos encontros promovidos pelo Ponto de Cultura *Olhares de Dentro*. (Fonte: arquivo do autor)

5.4. O Turismo de Base Comunitária e os Potenciais Regionais

Visando contornar as limitações impostas pela implantação do Parque Estadual Serra do Mar, as principais alternativas econômicas acionadas pelos membros da comunidade do Quilombo da Fazenda atualmente envolvem diretamente o turismo.

O desenvolvimento do turismo na sociedade contemporânea vem se pautando nos aspectos da globalização, que excluem tradições locais, tentando homogeneizar a cultura, fazendo a comunidade negar sua própria cultura na tentativa de gerar renda. Este pensamento não leva em consideração a importância da salvaguarda do patrimônio imaterial que estas determinadas comunidades possuem e a tradição se torna um empecilho para o sucesso do turismo rentável. “O espaço produzido pela indústria do turismo perde sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço vazio. Ausência. Não-lugares.” (YÁZIGI *et al.*, 2009). A identidade da população que povoa um determinado território está ligada diretamente com os modos de vida, costumes e crenças. Quando isso não é valorizado a identidade se perde, o lugar onde se vive não possui as mesmas significações, a lógica do capital se impõe, alheia a realidade da população, a fim de atender um público estrangeiro. Cria-se o não-lugar, a comunidade não se reconhece mais como agentes produtores de cultura. Como alternativa para esta supressão cultural que impera no desenvolvimento do turismo predatório, observa-se uma necessidade direta de se valorizar os aspectos culturais tradicionais sem afetar o rendimento financeiro da comunidade.

Segundo o Ministério do Turismo (2010):

“Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.”

Logo, encontramos na teoria do turismo de base comunitária elementos que favorecem a valorização dos saberes, costumes e modos de vida tradicionais, onde a população consumidora (turista) se adapta ao cotidiano da comunidade local, e não o contrário como prega a globalização turística.

Segundo Lage e Milone (2001), existem quatro vertentes fundamentais para o funcionamento e análise da atividade turística:

“O produto do turismo é composto por quatro componentes fundamentais, a saber: o transporte, a alimentação, a acomodação, e o entretenimento. Cada um pode ser considerado um bem ou um serviço complementar do outro componente. Assim, por exemplo, ao criarmos um produto turístico, os serviços de transporte serão complementados com os de alojamento que, por sua vez, podem necessitar também dos serviços de alimentação e entretenimento”.

- ***Transporte***

No caso do Quilombo da Fazenda, nunca houve preocupação por parte do quilombo com os serviços de transporte. Os turistas visitam o quilombo por conta própria e contam com a disponibilidade de ônibus (transporte público) que transitam na BR - 101, com pontos próximos à entrada da comunidade.

- ***Acomodação***

O interesse para construção de pousadas no Sertão da Fazenda vem sendo desenvolvido há anos. A ideia da comunidade é construir pousadas de baixo impacto, para atender pequenos grupos, mantendo padrões rústicos de construção típicos de sua cultura, como o pau-a-pique. Os projetos, porém, não recebem a liberação de construção por parte da Fundação Florestal, que controla as construções e alterações na infraestrutura de casas de acordo com as leis ambientais vigentes. Alguns moradores já acomodaram em suas próprias casas turistas, curiosos pela vivência no cotidiano diferenciado do quilombo.

É importante ressaltar que a construção de uma pousada comunitária no Sertão da Fazenda pode ser interessante até mesmo para o Parque no Núcleo Picinguaba, que conta com apenas uma hospedaria para grupos organizados de 30 a 40 pessoas, em atividades temporárias no local (geralmente visando educação ambiental e ecoturismo) e um alojamento para 12 pesquisadores. São poucos leitos, e já houveram situações de indicação de pousadas em outros lugares (pousadas na praia da Almada, em Picinguaba, que estão fora dos limites do Parque, por exemplo) para acomodação de visitantes. Logo, a construção de uma pousada nas ZHCAN's quilombolas, administrada pela Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Fazenda poderia estabelecer uma parceria entre o Parque e a comunidade, beneficiando diretamente os dois lados.

- ***Entretenimento***

Ao levantar as possibilidades de entretenimento encontradas no local, as opções são diversas e muito variadas. A população local é, no geral, entusiasmada e receptiva. Festas tradicionais são realizadas objetivando a valorização da cultura dentro e fora da comunidade, geralmente realizadas em alta temporada ou em feriados prolongados para que os eventos possam receber um maior número de pessoas. As festas com maior destaque compreendem o Festival da Juçara, realizado em maio, e a Festa do Quilombo, que ocorre em novembro na semana da Consciência Negra. Além dessas, ocorrem durante o ano outras festas menores, menos divulgadas, como: Festa do Azul Marinho (prato típico da região, feito com peixe e banana verde cozida); Festa de São João; Festa da Mandioca; Festa do Camarão; Festa da Tainha.

Nas festas são demonstrados diversos tipos de danças tradicionais, como o Fandango; Caranguejo; Chiba; Cana verde; Congada; Canoa; Marrafa; Samba de roda; Dança do lenço; Dança do chapéu; Capoeira. Também estão inseridos na comunidade ritmos de origem afro-brasileira como a ciranda, o côco e o jongo, no qual as mulheres usam durante suas danças saias longas e rodadas de chita. Destaque-se na comunidade o grupo “Tambores da Fazenda”, com cerca de 20 integrantes, com idades variando entre 13 e 24 anos. O grupo já se apresentou em diversos locais e diferentes Estados, e originou-se por meio do “Projeto Guri”, realizado no Sertão da Fazenda oferecendo oficinas de percussão e violão, no intuito de resgatar e ensinar tais ritmos às crianças e jovens da comunidade entre 8 e 18 anos. Ao

contrário do previsto pelo projeto, o interesse pelo resgate musical também foi despertado por integrantes mais velhos da comunidade. A exclusão dos jovens acima de 18 anos levou a um desânimo geral do grupo, e a consequente descontinuidade do projeto dentro da comunidade. Independente disso, a força de vontade do grupo era tanta que conseguiram através de uma parceria com a Universidade de São Paulo (USP), um financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), recurso este que foi utilizado para a obtenção de vários instrumentos e equipamentos audiovisuais resultando na independência e continuidade do grupo.

Atualmente o quilombo conta também com o grupo “Ô de casa!”, formado a partir de oficinas musicais realizadas pelo Ponto de Cultura, formado apenas por crianças que também se apresentam com danças e canções tradicionais.

Um grande ponto turístico do município de Ubatuba se encontra no Sertão da Fazenda: a Casa da Farinha. No final do século XIX, era uma usina de açúcar e álcool. Depois de abandonada a usina, aproveitou-se a roda d'água para movimentar os aviamentos da Casa da Farinha, construída na década de 50. A construção foi recuperada em 1986 pelo parque, e continua funcionando até hoje, com a venda de farinha de mandioca para visitantes. Uma atividade interessante que ocorre no espaço é o “Cine Farinha”, que consiste na projeção de vídeos e filmes para a comunidade uma vez por semana.

Além dos atrativos turísticos sócio-culturais, os atrativos naturais da região são muito valorizados. A Serra do Mar é nacionalmente conhecida por sua exuberância natural única, e a área do Quilombo da Fazenda é privilegiada por conter muitos pontos que ostentam toda essa beleza em sua paisagem. Trilhas por florestas centenárias, cachoeiras, além da proximidade da praia, demonstram todo o potencial ecoturístico local, ainda pouco explorado.

As trilhas atualmente conhecidas, feitas com orientação de monitores do Parque, são:

- Trilha fluvial

Uma trilha diferenciada, feita de bote. O monitor conduz o bote da Praia da Fazenda até o Rio Picinguaba, através de um passeio pelo mangue. Os turistas podem parar em pontos específicos, com direito a mergulhos. O percurso tem aproximadamente 1500 metros. Na atual gestão, é a única trilha orientada por monitores remanescentes do Quilombo da Fazenda.

- Trilha do Jatobá

Num percurso de Mata Atlântica, passando por algumas piscinas naturais, a trilha tem nível fácil e tem como ponto de destaque a passagem por um Jatobá (*Hymenaea courbaril*) centenário.

- Trilha da Rasa

Trilha que se estende do final da trilha do Jatobá até o poço da Rasa, um longo percurso (mais de cinco horas de caminhada, em média) nivelado como difícil.

- Trilha de Brava da Almada

Com partida no Canto da Paciência, no fim da Praia da Fazenda, inicia-se a trilha até a bela praia Brava da Almada. O percurso é muitas vezes íngreme, nivelado como de

dificuldade média. No meio do percurso pode-se descer no costão rochoso chamado Saco das Taquaras.

-Trilha do Corisco

Trilha histórica que tem início na Casa de Farinha e termina na estrada do Corisco, em Paraty. O percurso tem aproximadamente trinta quilômetros, numa difícil caminhada de oito horas, em média. É indicada para iniciados em “trekking”.

- Trilha do Cuscuzeiro

Trilha de alta dificuldade rumo ao topo do Pico do Cuscuzeiro, o mais alto da Serra do Mar. Com a presença do monitor ambiental do Parque, pode-se pernoitar acampando no pico e assistir o nascer do sol com vista panorâmica.

- Trilha do Corcovado

Outra longa trilha, que finda no segundo ponto mais alto da Serra do Mar, o Pico do Corcovado. Assim como na trilha do Cuscuzeiro, é permitido acampar e passar a noite no topo.

- ***Alimentação***

A culinária tradicional é representada por pratos típicos como: Azul marinho; canjica com frango; salada quilombola (feita com a inflorescência da bananeira); feijoada; receitas com mandioca, inhame e batata doce; doces de banana, mamão verde, goiaba, jaca, jambo; geleias diversas; café de cana.

Porém, o maior destaque gastronômico dentre as receitas do quilombo advém da recente exploração da polpa da juçara. Receitas exóticas salientam a originalidade do quilombo: Risoto de camarão com juçara, strogonoff de lula com juçara, bolos e sucos diversos tendo como base a polpa da fruta, podendo ser acompanhados de um peculiar capuccino de juçara, são alguns dos exemplos oferecidos atualmente para grupo de visitantes e turistas.

De acordo com *Ipema 2*⁸, ao participar do desenvolvimento do Projeto Juçara na comunidade, “*uma peculiaridade que a gente notou no Quilombo da Fazenda é que eles tinham a intenção de produzir a polpa de juçara pra escoar-la pro turismo, que vem crescendo na comunidade, diferente de outras comunidades que querem atingir o comércio de Ubatuba. Não que eles não quisessem, mas como eles ainda não tinham os parâmetros técnicos de vigilância sanitária bem estabelecidos, mesmo fazendo tudo dentro de um padrão sanitário, eles ainda não tinham rótulo, então não poderiam vender no comércio. Uma alternativa foi a venda pro turismo, que é forte ali. Eles não tinham rótulo, pois onde eles estavam despolpando não havia regulamentação, como a unidade de despolpa construída em Ubatumirim. Eles despolpavam a juçara na escola da comunidade.*”

Apesar dessa riqueza na culinária, muito pouco é explorado comercialmente pela comunidade, devido as limitações do Parque. A Casa de Farinha, principal ponto de

⁸ *Ipema 2: membro ativo do IPEMA (Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica)*

comercialização de alimentos para turistas dentro da comunidade, conta com uma precária e incompleta infraestrutura voltada para a alimentação. O visitante não tem a oportunidade de apreciar a preparação de pratos típicos; os alimentos vendidos (farinha de mandioca, pimenta em conserva, bolinho de mandioca, azeite de dendê, etc...) são pouco representativos do potencial culinário da comunidade. Além disso, quase nada é preparado na hora e no local, somente armazenado e comercializado no balcão. Não existe a preocupação da oferta de um local equipado e apropriado para a degustação dos alimentos apreciando os arredores do Sertão da Fazenda, o que fortaleceria ainda mais a sensação do turismo de base comunitária pelo visitante da comunidade. As lideranças da comunidade do Sertão da Fazenda estão conscientes desta problemática e já tem em mente um projeto de construção de um pequeno restaurante rústico. O fato da Casa de Farinha ser tombada pelo patrimônio histórico funciona como um empecilho, tanto para a ampliação da infraestrutura, como para a construção de um restaurante em suas proximidades, já que existe a exigência de que a estrutura arquitetônica seja harmônica à daquela época. A construção do restaurante pretende ser associada ao projeto de criação da pousada. A construção de uma cozinha industrial também é almejada, pois garantiria assim os rótulos de vigilância sanitária citados por *Cunha*, necessários para comercialização da polpa da juçara no comércio local. *Quilombola 2* diz que “a Fazenda não tá ganhando o dinheiro que poderia com a juçara até por conta do próprio Parque, que não autoriza a construção de uma cozinha industrial, que a gente entrou com o pedido há mais de três anos e o Parque até hoje não autorizou”.

A empresa Furnas e a Universidade São Judas Tadeu já demonstraram interesse em participar de tais projetos fornecendo subsídios e apoio técnico à comunidade.

6. CONCLUSÃO

Diante da pesquisa realizada, evidencia-se que a criação de uma Unidade de Conservação sobre áreas ocupadas por populações tradicionais tendem a acarretar uma série de conflitos etno-ambientais.

Segundo a legislação vigente no Brasil, baseado nos artigos presentes no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma unidade categorizada como Parque Nacional, Parque Estadual, ou Parque Natural Municipal tem por objetivo a preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica, permitindo a realização de pesquisas científicas, atividades de educação ambiental e turismo ecológico, desde que respeitadas as normas e restrições específicas de cada unidade. Faz-se claro também que a área abrangida pelos parques é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas; o ecossistema deve ser mantido livre de alterações causadas por interferência humana. Daí então surge a grande controvérsia que acompanha o Parque Estadual da Serra do Mar desde sua criação: a presença das comunidades tradicionais no local opõe-se à legislação federal.

Na área de estudo, é nítido que a grande maioria dos moradores não aprova a desapropriação de suas casas, mesmo seguida de indenização. Reconhecem um direito à terra que independe de títulos, garantido pela presença de muitas gerações quilombolas presentes ali por muitas décadas anteriores à chegada do Parque. No intuito de ganhar o direito às terras habitadas, os remanescentes têm buscado reconhecimento do título de quilombo pelo Governo do Estado de São Paulo. Tal reconhecimento seria suficiente para garantir a posse de terras pelos quilombolas, mas o processo é complicado. Segundo *Quilombola 2*, membro da Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Fazenda, “Estado não briga com Estado”; o comentário diz respeito ao Governo do Estado, que pode não liberar o título de quilombo à Fazenda para não ir contra a gestão da Fundação Florestal, órgão estadual responsável pela gestão do Parque.

Enquanto isso, a situação provisória do quilombo é garantida no Núcleo Picinguaba graças ao plano de manejo do Parque, que contém tópicos peculiares tratando da presença dos mesmos em ZHCAn’s (Zona Histórica Cultural Antropológica). Porém, mesmo com a habitação permitida, uma série de limitações é imposta até hoje, com o manejo de recursos naturais proibido de diversas formas, descaracterizando tradições do quilombo que vão se perdendo com o passar dos anos.

Alguns estudos baseiam-se na premissa de que grupos sociais que habitam Unidades de Conservação, principalmente aqueles com estatuto jurídico de tradicionais, manifestam um estilo de vida que é potencialmente conservacionista, já que constituiriam, naturalmente, regras próprias de convivência compatíveis à conservação ambiental (DIEGUES, 2004). Esse quadro é evidenciado no Quilombo da Fazenda através do levantamento do seu histórico cultural.

Uma das formas de se alcançar o conservacionismo é viável através do extrativismo não predatório, mantendo o ecossistema em equilíbrio. Chico Mendes, por exemplo, foi um grande defensor dessa prática, parceiro de comunidades seringueiras do Acre que, atribuindo valor comercial aos seringais através da extração de frutos e resina, evitava o corte das árvores. Ruppenthal (2010) estima que, dessa forma, mais de 1,2 milhão de hectares de florestas foram salvas da devastação.

Num paralelo com a atual realidade de Ubatuba, nota-se a eficiência conservacionista, aliada à extração de recursos, através do manejo sustentável da juçara. Os benefícios são diretos para humanos, fauna e flora, estabelecendo uma relação harmônica entre eles.

Na Estação Ecológica de Juréia-Itatins, nos municípios de Iguape e Peruíbe, São Paulo, uma interessante experiência foi desenvolvida: na antiga área dessa estação, com cerca de 80.000 hectares, foi criado um mosaico de Unidades de Conservação, mantendo áreas de proteção integral e criando outras de uso sustentável (Reservas de Desenvolvimento Sustentável) (RAIMUNDO, 2008).

Logo, os conflitos etno-ambientais descritos e presentes em Picinguaba até hoje trazem consigo a reflexão sobre uma possível recategorização do perímetro das comunidades quilombolas para unidades de uso sustentável. Tal categoria seria deveras mais adequada comparada à gestão de unidades de proteção integral em áreas com comunidades tradicionais presentes.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCORN, J. 1995. The scope and aims of ethnobotany in a Developing World. In: SCHULTES, R. E.; VON REIS, S. (eds.). **Ethnobotany**. Dioscorides Press, Portland. p. 23-39.
- ALMEIDA, C. M. V. C.; MÜLLER, M. W.; SENA-GOMES, A. R.; MATOS, P. G. G. 2002. **Pesquisa em Sistemas Agroflorestais e Agricultura Sustentável: Manejo do Sistema**. *Anais do Workshop Latino-americano sobre Pesquisa de Cacau, Ilhéus - Bahia*.
- ANDRADE, M. R. O. (Ed.). **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2000. 198 p. (Cadernos Itesp, 3).
- ARRUDA, R. 1999. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade** - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999.
- BRASIL. **Código Florestal**. Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Brasília, DF, 2000.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. Brasília, DF, 2010.
- BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**, São Paulo: Anablume: Fapesp, 2000. 230 p.
- CARDOSO, C. F.S. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, L. M.; LEITE, J. P. V. **Palmeira Juçara: A Exploração dos Frutos é Mais Ecológica e Rentável do que a do Palmito**. Disponível em: <https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/verArtigo.php?codigo=19&acao=exibir>. Acesso em: 3 de agosto de 2011.
- CARRIL, L. F. B. **Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência**. 1995. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COSTA, R.B.; ARRUDA, E.J.; OLIVEIRA, L.C.S.; 2002. Sistemas agrossilvipastoris como alternativa sustentável para a agricultura familiar. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v.3, nº.5. set. p. 25-32.
- DIEGUES, A. C. **Conflitos entre Populações Humanas e Unidades de Conservação e Mata Atlântica**. São Paulo: Nupaub-USP, 1995.
- DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- DIEGUES, A. C.; NOGARA, P. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco do Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro**. São Paulo: Nupaub/Cemar-USP, 1994.
- FERREIRA, H. C. H.; CARNEIRO, M. J. 2005. Conservação ambiental, turismo e população local. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.3, nº.3.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Programa Amigos do Verde**. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/amigosdoverde>> Acesso em: 13 set. 2011.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Centro Tuzino de Educação Ambiental e Difusão de Palmito**. São Paulo, 2007. Disponível em <<http://www.sosribeira.org.br/projetos/tuzino/pjucara.htm>>. Acesso em: 13 set. 2011.
- GODOY, M. G. G.; LEANDRO, R. S. 2005. O Projeto de Reflorestamento da Palmeira Juçara (*Euterpe edulis*) na Mata Atlântica: uma experiência entre os índios Guarani Mbya e universitários da Universidade São Marcos. **Pesquisa em Debate**, v.2, p. 103.
- GUSMÃO, N. M. 1995. Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos. **Cultura Vozes**, São Paulo, nº 6. nov/dez de 1995.
- GONÇALVES, M. P.; BRANQUINHO, F. T. B.; FELZENSZWALB, I. 2011. Uma Análise Contextual do Funcionamento Efetivo e Participação Popular em uma Unidade de Conservação: O Caso da Área de Proteção Ambiental de Petrópolis (Rio de Janeiro: Brasil). **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 23 nº 2, p. 323-334, maio/ago de 2011.
- IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.
- KIFFER, D. **Fruto Similar ao Açaí Gera Renda e Empregos**. Disponível em: http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=6248. Acesso em: 7 de agosto de 2011.
- LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. São Paulo: Atlas 2001.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 110 p.
- LUTKEMEIER, K. L.; FAVRETO, R.; COSSIO, R. R. Uso dos frutos da palmeira-juçara (*Euterpe edulis* Martius) no extremo sul da Mata Atlântica: perspectiva de pesquisa, manejo e conservação. In: **XX Salão de Iniciação Científica da UFRGS**, 2008, Porto Alegre. Resumos. Porto Alegre: Pró-Reitoria de Pesquisa - UFRGS, 2008.
- MACEDO, R. L. G. Fundamentos básicos para implantação e manejo de sistemas agroflorestais. In: **MACEDO, R. L. G. Princípios básicos para o manejo sustentável de sistemas agroflorestais**. Lavras: UFLA/Faepe, 2000.

MACIONIS, J. J.; PLUMMER, K. **La investigación sociológica**. Madrid: Prentice Hall, 2000, 66p.

MARTINS, R. M.; CAMPOS, V. C. **Guia Prático para Pesquisa Científica**. Rondonópolis: Unir, 2004.

MORMONT, M. L'environnement entre localité et globalité. In: **Mobilités et ancrages**. Paris: L'Harmattan, 1996.

MÜLLER, M. W.; SENA-GOMES, A. R.; ALMEIDA, C. M. V. C. 2002. **Sistemas agroflorestais com o cacauero**. *Anais do IV Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, Ilhéus - Bahia*.

MÜLLER, M. W.; ALMEIDA, C. M. V. C.; SENA-GOMES, A. R.. 2003. **Sistemas agroflorestais com cacau como exploração sustentável dos biomas tropicais**. Semana do Fazendeiro, 25ª, Uruçuca, 2002. Agenda. Uruçuca, CEPLAC/CENEX/EMARC.

PEDROSO, F. G. **As experiências de desenvolvimento sustentável do Quilombo de Ivaporunduva: um estudo de caso na perspectiva da agrofloresta**. 2008. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

QUINTÃO, A. T. B, 1983. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. **Brasil Florestal**, nº 54, p. 13-28.

RAIMUNDO, S. **As Ondas do Litoral Norte (SP): Difusão espacial das práticas caiçaras e do veraneio no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar**. 2007. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

RAIMUNDO, S. 2008. Conservação da natureza e turismo no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.1, n.1, p. 10-41.

REBUÁ, L. D. **Descrição e análise de sistemas agroflorestais em Paraty – RJ**. 2012. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) – Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

REIS, M. S.; GUERRA, M. P.; NODARI, R. O.; RIBEIRO, R. J.; REIS, A. 2000. Distribuição geográfica e situação atual das populações na área de ocorrência de *Euterpe edulis* Martius. **Sellowia**, Itajaí, v. 49-52, p. 324-335.

ROBIM, M. J. **Análise das características do uso recreativo do Parque Estadual da Ilha Anchieta: uma contribuição ao manejo**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade de São Carlos, São Carlos, São Paulo.

ROMÃO, D. A. (Org.). **Vale do Ribeira: um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2006. 212 p.

RUPPENTHAL, E. L. **Chico Mendes: Presente! Em Nossas Lutas, Sonhos e Corações**. Disponível em: <<http://www.inga.org.br/?p=489>>. Acesso em: 7 set. 2011.

SÃO PAULO. INSTITUTO FLORESTAL / SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar**. São Paulo. Instituto Florestal. 2006.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. 2002. A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Territórios nas Definições Teóricas. **Ambiente & Sociedade**. Ano V, nº 10, 1o Semestre de 2002

SILVA, D. S. 2010. **Resistência territorial e conservação ambiental: A zona histórico-cultural antropológica do Sertão do Ubatumirim (Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar)** *Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre – RS*.

SIQUEIRA, J. R. M. 2010. **Extração do Fruto da Palmeira Juçara: Análise da Percepção dos Moradores da Região da Serrinha do Alambari**. *Anais do XII Engema – Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, São Paulo – SP*.

TSUKAMOTO FILHO, A. A. **A introdução do palmitero (Euterpe edulis Martius) em sistemas agroflorestais em Lavras – Minas Gerais**. 1999. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

VALLE, R. S. T. 2002. Mineração em território quilombola: uma análise jurídica do problema. In: LIMA, A. (org.). **O Direito para o Brasil Socioambiental**. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor e ISA, 2002, p. 111.

YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2006. 205 p.

8. ANEXOS

Modelos dos questionários aplicados durante a pesquisa:

8.1. Entrevistas com os Membros do IPEMA

1. Quando começou o Projeto Juçara?
2. Quais foram os parceiros e patrocinadores do Projeto Juçara?
3. Quais foram as comunidades envolvidas no trabalho?
4. Quais as peculiaridades dos trabalhos realizados no Quilombo da Fazenda? Algum destaque dentre as outras ou dificuldades específicas?
5. E qual a participação do PESM no Projeto?
6. O Quilombo da Fazenda sempre foi receptivo à ideia do Projeto?
7. Antes da chegada desses projetos, a tradição da comunidade era de extração do palmito?
8. Como era o funcionamento de um projeto de extração de um recurso natural dentro de uma área de proteção integral, onde a princípio não pode haver essa extração de recursos? Quais eram as limitações do Parque no trabalho de vocês?
9. Por que a escolha do manejo da Juçara?
10. Alguma outra espécie em potencial pra ser manejada na região?
11. Então, o projeto é realmente viável?
12. O projeto funcionaria melhor se a área de trabalho fosse uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no lugar de uma área de proteção integral?
13. Por fim, pode-se dizer que o Projeto Juçara é positivo para a comunidade e para a conservação da natureza?

8.2. Entrevistas com Membros do Quilombo da Fazenda

1. Há quanto tempo você mora aqui na Fazenda?
2. E na sua percepção, há quanto tempo o quilombo existe?
3. Como vocês lidaram com a criação da BR (Rio-Santos) em 1973?
4. Como se deu a implantação do Parque Estadual da Serra do Mar aqui?
5. Esse processo de implantação foi violento?
6. O que mudou com a chegada do Parque?
7. Como está esse processo de reconhecimento do quilombo pelo Estado?
8. Quantas famílias e qual o número de pessoas presentes no Quilombo da Fazenda atualmente?
9. Quais as espécies de plantas importantes no uso tradicional que vocês faziam o manejo e agora não podem mais usar?
10. Qual a sua experiência com sistemas agroflorestais?
11. Além da juçara, tem alguma outra espécie em potencial que poderia ser manejada pelo quilombo?
12. O Parque apoiou o Projeto Juçara desde o início, havia uma parceria com vocês?
13. Atualmente quais são as principais fontes de renda do quilombo?
14. Como é seu trabalho como funcionária do PESM?
15. Tem muita gente da comunidade trabalhando com funcionários do Parque?
16. Você acha interessante essa inclusão dos tradicionais no quadro de funcionários do Parque?
17. Falando nas trilhas, você acha interessante ter projetos na comunidade focando o turismo de base comunitária?
18. E quais são os potenciais da comunidade pra trabalhar com esse tipo de turismo?
19. E o que você tem a dizer sobre o Ponto de Cultura?
20. E atualmente, no geral, como está a relação de vocês com o Parque?

21. Apesar de tudo isso, quais são os benefícios que o Parque trouxe?
22. Você acha que seria interessante a recategorização da área do quilombo pra se tornar uma área de manejo sustentável, como uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável), por exemplo?

8.3. Entrevistas com os Membros do Ponto de Cultura

1. Há quanto tempo existe o Ponto de Cultura aqui no Quilombo da Fazenda?
2. E o projeto tem um íterim estipulado pra manter-se na comunidade?
3. E depois do término o projeto tem chance de ser renovado?
4. Quem financia o projeto do Ponto de Cultura?
5. O Parque Estadual da Serra do Mar tem alguma participação no Ponto de Cultura?
6. Em sua opinião, a chegada do PESM fez a comunidade local perder um tanto de sua tradição?
7. Quais são as aulas e oficinas que são, ou já foram ministradas?
8. E quanto a essa matéria prima pra uso no artesanato, existe uma área definida pelo Parque onde seja liberada a retirada dos recursos?
9. Tem uma faixa etária pra participar do Ponto de Cultura?
10. Os mais novos se entretém com a cultura antiga, eles realmente aceitam bem as atividades?
11. Esse resgate favorece e realça pontos que podem valorizar o turismo de base comunitária?